

**Isabel Silva**

m.isabelcardososilva@gmail.com

Em torno da musealização do património cultural religioso.

### **Resumo**

O presente artigo foca o processo de musealização do património cultural religioso. Numa primeira fase, aborda-se os contornos e práticas que a musealização do património cultural religioso assumiu desde o século XVIII até à atualidade, refletindo sobre o modo como tais opções influenciaram a leitura e interpretação dos bens móveis e imóveis eclesiásticos. De seguida, é apresentado o caso ilustrativo do Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa (Vila Nova de Famalicão) e parte da metodologia adotada na elaboração de uma proposta museológica, realizada no âmbito do Mestrado em Museologia (MMUS) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP).

**Palavras-chave:** Musealização; Património cultural religioso; Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa

### **Nota biográfica**

Isabel Silva é licenciada em História da Arte e mestre em Museologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). Para a conclusão do 2º ciclo de estudos em Museologia, desenvolveu um projeto intitulado "Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa: proposta museológica participativa" sob a orientação da Prof. Doutora Alice Duarte e do Prof. Doutor Pedro Borges de Araújo.

### **Abstract**

The present article refers to the process of musealization of religious cultural heritage, more particularly, its developments from the 18<sup>th</sup> century to the present day. The initial stage approaches the outlines and practices that the musealization of religious cultural heritage assumed over time, reflecting on how those methods influenced the reading and interpretation of ecclesiastical movable and immovable assets. In a second stage, the article presents the illustrative case of the Museum of Sacred Art of Capela da Lapa (Vila Nova de Famalicão) and part of the methodology adopted in the development of a museological proposal, carried out within the Masters in Museology (MMUS) of the Faculty of Arts and Humanities of the University of Porto (FLUP).

**Keywords:** Musealisation; Religious cultural heritage; Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa

### **Biographical note**

Isabel Silva has a degree in History of Art and a Master in Museology from the Faculty of Arts and Humanities of the University of Porto (FLUP). For the completion of the 2nd cycle of studies in Museology, she developed a project entitled "Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa: proposta museológica participativa" under the guidance of Professor Alice Duarte and Professor Pedro Borges de Araújo.

## Introdução

A musealização do património cultural religioso é um processo complexo e delicado. Isso deve-se, sobretudo, à forte ligação afetiva e espiritual que a comunidade crente tem para com os bens imóveis e móveis eclesiásticos. Atualmente, tem-se consciência do peso simbólico do património cultural religioso, procurando equacioná-lo na sua musealização. Até chegar a essa realidade, o processo de musealização de espaços e objetos religiosos sofreu profundas alterações ao nível das suas perspetivas e estratégias (Roque, 2011).

Esta premissa foi alvo de uma breve reflexão no projeto final do Mestrado em Museologia (MMUS) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), que consistiu na elaboração de uma proposta museológica para o Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa (MASCL), em Vila Nova de Famalicão. Não obstante, no presente artigo, aquela premissa é o principal mote de discussão. Ao explanar os desenvolvimentos da musealização do património cultural religioso, pretende-se sensibilizar para o impacto que as suas práticas têm na interpretação sobre os bens eclesiásticos.

Num primeiro momento são elencadas as etapas deste processo, seguindo-se uma análise dos seus respetivos efeitos. Para a elaboração da parte inicial, foi crucial a consulta da Carta Circular - A Função Pastoral dos Museus Eclesiásticos (CPBCI, 2001) e o desenvolvimento de algumas ideias defendidas no projeto de mestrado (Silva, 2020). Já num segundo e último momento do artigo, é procurado um paralelismo entre as diversas fases de musealização do património cultural religioso, antes identificadas, com os desenvolvimentos museológicos ocorridos no próprio MASCL entre a década de 1990 e o ano de 2020.

## **1. Os percursos da musealização do património cultural religioso**

A musealização do património cultural religioso iniciou-se, sensivelmente, no século XVIII. A partir dessa época, fruto dos contextos políticos, sociais e culturais da modernidade, é reconhecido aos objetos produzidos e conservados pela Igreja Católica – desde pinturas, mobiliário, têxteis e ourivesaria – um cunho patrimonial, que lhes confere a dignidade necessária para poderem ser estudados e expostos no âmbito das instituições museológicas. Ao integrarem os museus, os objetos perdem a sua esfera funcional e religiosa e adquirem novos significados e funções. Com base nesse estatuto de objeto museológico, quando, nos finais do século XVIII, as peças eclesiásticas entram no museu, o destaque é atribuído às suas características formais e estéticas, valendo-lhes a sua integração numa nova categoria: objetos de arte sacra (Roque, 2011).

Em Portugal, esta via de musealização vai acentuar-se devido a dois acontecimentos históricos nacionais. O primeiro ocorre no século XIX, mais especificamente a 30 de maio de 1834, dia em que é promulgado o decreto da extinção das Ordens Religiosas, no contexto das políticas liberais. Trata-se de um longo processo de nacionalização de uma vasta quantidade de bens eclesiásticos, cuja expropriação é determinada em função da sua magnificência de fabrico e matérias-primas. Tal operação levará à dispersão de muitos objetos religiosos, sendo os seus destinos os mais variados. Enquanto um terço dos objetos metálicos retirados das Ordens Religiosas extintas são entregues à Casa da Moeda para serem refundidos, outros são vendidos a particulares. Há ainda peças religiosas que acabam por ser devolvidas às instituições eclesiásticas, por não lhes ser reconhecido nenhum labor artístico e/ou material interessante. Já sobre os bens que foram entregues a instituições de ensino e cultura, tem-se conhecimento de que 207 deles foram integrados em coleções museológicas como peças de arte sacra (Costa, 2011; Roque, 2011).

À medida que os museus portugueses vão formando as suas coleções de arte sacra, aquela tendência de musealização é a principal, se não a única, que molda os seus

contornos e institui-se como a matriz de musealização de todo o património cultural religioso. Torna-se então recorrente um conjunto de estratégias expositivas – como, por exemplo, o uso generalizado da vitrina como suporte expositivo – que enfatizam, propositadamente e em exclusivo, os atributos artísticos e materiais dos objetos (Roque, 2011).

Este modo de valorização do património religioso vai ser ainda reforçado em virtude de um segundo acontecimento relevante no contexto histórico português. No dia 20 de abril de 1911 é promulgada a Lei de Separação do Estado das Igrejas, consequência da implantação da República, o que desencadeou uma nova vaga de nacionalização de bens religiosos. Só que desta vez, a operação incluía também a expropriação pelo Estado de muitos templos católicos, os quais seriam convertidos em museus regionais (Costa, 2011; Roque, 2011). Quer se tratasse de antigos templos católicos convertidos em museus, quer de espaços sem nenhuma ligação eclesiástica, esta vertente de musealização continua a desenvolver estratégias como a “ordenação por tipologias materiais; critérios decorativos a presidir ao arranjo museográfico; e uma exaustiva ocupação do espaço expositivo” (Roque, 2011, p. 136).

A aplicação regular e repetida destas práticas vai contribuir significativamente para a construção do clássico “museu de arte sacra”. Trata-se de um modelo museológico que procede à completa descontextualização dos objetos expostos, sendo a maioria deles de cariz litúrgico e ritual. Por exaltar as dimensões estético-formais, o museu de arte sacra oculta, intencionalmente, outras dimensões. Entre elas destacam-se as dimensões litúrgica, ritual ou devocional, através das quais seria possível proporcionar uma contextualização teológica e social dos objetos. Torna-se, assim, evidente que a valorização da componente artística e material condiciona a leitura e interpretação do visitante sobre estes objetos religiosos, orientando-o a encará-los exclusivamente como objetos de arte sacra (Roque, 2011; Silva, 2020).

Pode dizer-se, portanto, que, durante um vasto período de tempo, a valorização da dimensão estético-formal dominou o processo de musealização do património cultural

religioso. Na segunda metade do século XX, contudo, o movimento teórico-reflexivo surgido e designado Nova Museologia vai impulsionar uma nova postura museológica, cujos efeitos se farão sentir também neste âmbito. Ao questionar as práticas realizadas desde a época iluminista, este movimento defende a necessidade urgente de desenvolver estratégias alternativas que promovam uma contextualização mais consciente dos objetos expostos. Além disso, a Nova Museologia advoga que o museu, como uma instituição multifacetada, deve assumir um papel mais ativo na sociedade, procurando estabelecer uma estreita relação com os seus públicos e comunidades circundantes. Ora, todo este movimento de reformulação museológica vai, por sua vez, incentivar uma autorreflexão interna da própria Igreja Católica acerca da musealização do património cultural religioso. Em 2001, a Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja (CPBCI) publica uma Carta Circular, intitulada A Função Pastoral dos Museus Eclesiásticos. As orientações defendidas neste documento dirigem-se aos museus eclesiais – ou seja, a instituições museológicas tuteladas pela Igreja Católica –, mas elas podem também fazer eco nos demais museus que estudam e expõem objetos religiosos (CPBCI, 2001; Roque, 2011).

Ciente dos inconvenientes ou limitações resultantes da musealização dos bens religiosos realizada até então, a Carta Circular questiona as práticas correntes, propondo uma mudança de paradigma que acrescenta uma nova vertente de musealização. É constatável que os seus argumentos se encontram em plena sintonia com os ideais da Nova Museologia. Há uma notória vontade de, não só alterar o modo como os bens eclesiais são estudados e expostos ao público, como também de procurar fomentar a relação entre o museu, os seus visitantes e a comunidade envolvente (CPBCI, 2001; Silva, 2020).

Em vez de defender a valorização das componentes artísticas, estéticas e materiais do património cultural religioso, a nova via de musealização proposta dirige o seu foco para a componente simbólica e ritual dos bens. Faz notar que tanto a seleção dos objetos a serem expostos, como a sua museografia, narrativa expositiva, suportes expositivos e discurso expositivo devem servir para elucidar os visitantes acerca das

dimensões litúrgicas, devocionais e teológicas dos objetos em questão. Com isto não se pretende renunciar às dimensões estéticas e formais dos bens eclesiásticos, mas antes priorizar a sua dimensão simbólica e ritual (CPBCI, 2001).

Considerando esta nova via de musealização, os museus que se instalam em antigos templos católicos têm uma possibilidade acrescida de providenciar uma contextualização mais perceptível acerca das componentes primárias dos bens, por comparação com aqueles que se instalam em edifícios de natureza profana. Verifica-se que, no primeiro caso, como o museu detém o espaço nativo dos objetos religiosos, beneficia de uma combinação de disposições que consegue estabelecer uma relação harmoniosa entre os bens móveis e o próprio imóvel e que possibilita uma interpretação mais imediata da função e sentido teológico dos objetos (Roque, 2015). Para que este modelo expositivo se concretize com sucesso, é necessário, porém, alcançar um equilíbrio entre a linguagem arquitetónica e formal do espaço e a natureza das coleções. Caso contrário, os visitantes podem ter dificuldade em identificar o espaço como museológico, visto que parece evocar um ambiente estritamente religioso (Capurro, 2018).

Dar predominância à componente ritual e simbólica, permite enfatizar o sentido espiritual e devocional do património religioso. Na Carta Circular, esse sentido espiritual é explicitamente referido como “função pastoral”, isto é, os bens eclesiásticos devem servir o propósito de evangelizar as pessoas (CPBCI, 2001). Tal premissa pode, à primeira vista, suscitar polémica na esfera museológica. Nenhum museu, independentemente da sua tutela ou tipologia de coleções, deve assumir como sua principal função a doutrinação de princípios e valores que, por definição, não são universais e, portanto, podem ferir suscetibilidades de visitantes de outras crenças e culturas. No entanto, importa compreender que esta função pastoral não precisa de ser identificada em absoluto como uma catequização. Para lá dos seus contornos rituais, ela pode atuar como um catalisador de reflexão sobre questões espirituais, humanistas e antropológicas gerais. Repare-se igualmente que, ao compreender a função devocional e a simbologia de um objeto, consegue-se aceder a

um conjunto de informações que permite compreender os comportamentos, a mentalidade, a cultura de uma determinada comunidade, neste caso, a comunidade cristã, mas cuja abordagem pode ser feita em termos muito mais interculturais ou transculturais. Aliás, todas as reflexões suscitadas podem ter grande amplitude. Através do destaque concedido ao sentido pastoral e/ou ritual de um objeto, o público pode ser levado a refletir sobre questões como a condição humana, as noções do Bem e do Mal, ou sobre a pluralidade de comportamentos aceites e praticados em sociedade (Silva, 2020).

Adicionalmente, a Carta Circular procura incentivar os museus com coleções de natureza religiosa a desenvolverem colaborações com outras instituições eclesásticas e civis (CPBCI, 2001). Especifica-se a natureza diversa que estas instituições devem ter para realçar a importância de incluir a comunidade crente e não-crente no espaço museológico. Por haver uma partilha de crenças e valores entre o património religioso exposto e a comunidade crente, pode subsistir a ideia de que o museu deve uma maior atenção ao seu público cristão. Tal priorização é defendida na Carta Circular, mas, ainda assim, é tido como fundamental que os museus não permitam que esses laços espirituais e afetivos anulem a sua relação com a comunidade não-crente. Daí ser necessário que, das parcerias estabelecidas, surjam projetos museológicos inclusivos. Isso significa que se aplicarão as mesmas abordagens participativas a todos os seus visitantes e membros da comunidade envolvente, independentemente das suas culturas e crenças (Silva, 2020).

Com efeito, seguir esta via de musealização obriga os museus com objetos religiosos a repensar e reorganizar as suas abordagens e práticas. Pode, até, considerar-se que ela estabelece um renovado modelo museológico. Da mesma forma que a primeira tendência de musealização do património religioso deu origem ao clássico museu de arte sacra, também a nova vertente de musealização poderá ser associada ao *museu eclesástico*. Entenda-se que tal designação não deve servir apenas para referir as instituições museológicas tuteladas pela Igreja Católica. Como anteriormente

Silva, I. (2021). Em torno da musealização do património cultural religioso. In P. M. Homem, B. Andrez, G. Soares, & L. Amaral (Eds.), *Ensaio e Práticas em Museologia* (Vol. 10, pp. 19-36). Porto: FLUP/DCTP/MMUS. <https://doi.org/10.21747/978-989-9082-06-9/102021a2>

mencionado, a designação *museu eclesiástico* será a tradução de um novo modelo de musealização do património cultural religioso (Silva, 2020).

Compreende-se, então, que, atualmente, a musealização do património cultural religioso se tenha tornado alvo de discussão contínua, estando as suas metodologias e estratégias submetidas a uma constante avaliação. Por mais obstáculos e desafios que surjam durante o processo de musealização de um bem eclesiástico, móvel ou imóvel, cada vez mais se torna evidente a necessidade de aplicação de duas boas práticas para que se garanta a obtenção dos resultados desejados. A primeira remete para a consideração de todas as dimensões dos bens religiosos – não apenas a estética e artística, mas também a ritual, simbólica, material, histórica, etc. – todas tidas como merecedoras de consideração e destaque. Só assim, os visitantes receberão as informações necessárias para poderem usufruir e interpretar os bens eclesiásticos na sua totalidade significativa. Quanto à outra boa prática, é crucial que o museu procure incluir na sua programação a comunidade crente e a não-crente, de modo a conseguir reunir um conjunto de perspetivas e reflexões que, pela sua diversidade, culminem em projetos culturais inovadores, inclusivos e interativos (Roque, 2011; Silva, 2020).

## **2. De capela a museu: o caso do Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa**

No centro da cidade de Vila Nova de Famalicão encontra-se o MASCL (Fig. 1). A sua tutela pertence à Paróquia de Santo Adrião de Vila Nova de Famalicão e ao Município de Vila Nova de Famalicão, cujo protocolo de gestão partilhada foi assinado no dia 8 de maio de 2012 (Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2012a). Posteriormente, no dia 26 de novembro de 2012, foi assinada a Declaração de Princípios que integra o MASCL na Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão (RMVNF) (Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2012b).

Silva, I. (2021). Em torno da musealização do património cultural religioso. In P. M. Homem, B. Andrez, G. Soares, & L. Amaral (Eds.), *Ensaios e Práticas em Museologia* (Vol. 10, pp. 19-36). Porto: FLUP/DCTP/MMUS. <https://doi.org/10.21747/978-989-9082-06-9/102021a2>



Fig. 1 - Fachada do Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa. © Município de Vila Nova de Famalicão, 2017.

O edifício que alberga o Museu foi, em tempos, uma antiga capela que, desde o século XVI até finais do século XX desempenhou funções litúrgicas e mortuárias. Com o objetivo de reanimar este espaço, tão acarinhado pela comunidade famalicense, decidiu-se converter o antigo templo católico num museu de arte sacra. Em 1995, iniciou-se a musealização da Capela da Nossa Senhora da Lapa. Primeiramente, foi necessário realizar obras de intervenção de restauro no edifício, visto que já se encontrava num estado de deterioração avançado. Foi deliberado manter a estrutura arquitetónica da capela, bem como os seus equipamentos litúrgicos, nomeadamente, o púlpito, os altares e o coro-alto. Ainda assim, houve a necessidade de adaptar o

espaço às suas novas funções museológicas. Para esse efeito, foi instalada uma nova rede elétrica que servisse a iluminação, o som e os alarmes de incêndio e intrusão e um guarda-vento, que ajudou à delimitação da área de receção à entrada do espaço. Em simultâneo com estes trabalhos, foram também desenvolvidas intervenções de restauro nos altares e nos objetos de natureza religiosa (Vieira, 2009). Conforme o processo ia avançando, tornava-se evidente que todos os procedimentos convergiam para o enaltecimento da componente estético-formal dos bens eclesiásticos detidos. Aliás, pretendia-se que o novo museu atuasse como um centro cultural, mas isso era tido como implicando uma musealização regida em exclusivo por uma perspetiva de história da arte (Silva, 2020).

Depois de dois anos de um longo processo de musealização, o MASCL é inaugurado no dia 21 de novembro de 1997 (Vieira, 2009). Pelas antigas áreas litúrgicas – nave e presbitério – o museu distribui os objetos em plintos e vitrinas (Fig. 2), cujas amplas dimensões congestionam o espaço expositivo. Só algumas peças religiosas é que são exibidas nas balaustradas dos altares. Para além disso, a ausência de qualquer narrativa expositiva oculta a relação direta do espaço com os equipamentos litúrgicos e com os objetos. Mesmo que a maioria destes provenha da antiga capela e se relacione com os altares, essa ligação não é transmitida aos visitantes. Por tudo isto, o olhar do público vai estar condicionado a atender somente à componente estético-formal destes bens eclesiásticos.

Silva, I. (2021). Em torno da musealização do património cultural religioso. In P. M. Homem, B. Andrez, G. Soares, & L. Amaral (Eds.), *Ensaio e Práticas em Museologia* (Vol. 10, pp. 19-36). Porto: FLUP/DCTP/MMUS. <https://doi.org/10.21747/978-989-9082-06-9/102021a2>



Fig. 2 - Espaço expositivo do Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa. ©Isabel Silva, 2020.

Por parte da comunidade famalicense houve dificuldade em aceitar o novo espaço museológico. Convém esclarecer que a Capela da Nossa Senhora da Lapa e os objetos religiosos que acolhia eram muito estimados pelos famalicenses. Devido a essa forte ligação afetiva e espiritual, a comunidade local continuou a perspetivar e a visitar o espaço, não como um museu, mas como o templo católico que outrora foi. Esta resistência dos famalicenses para com o MASCL fez com que se estabelecesse uma relação distante entre ambos.

Estes aspetos mais vulneráveis do MASCL estiveram na génese do projeto realizado no âmbito do 2º ciclo de estudos em Museologia da FLUP. O projeto dividia-se em duas vertentes: criar um plano estratégico de aproximação à comunidade local e repensar o espaço expositivo do museu, propondo uma nova exposição.

Era ponto assente que o planeamento da nova proposta museológica devia contar com a colaboração da comunidade famalicense. Em virtude da pandemia de COVID-19 e do

primeiro confinamento obrigatório, decretado em Portugal a partir de março de 2020, a auscultação à comunidade só foi possível de forma indireta e com o auxílio da RMVNF. Devido à impossibilidade de contactar diretamente com os grupos comunitários, a RMVNF facilitou o envio de um documento a pessoas e entidades representativas de várias instituições e grupos de público de Vila Nova de Famalicão, no qual reunia as ideias e sugestões de iniciativas pensadas até então. Esta rede de contactos foi identificada e contactada com a ajuda da RMVNF e da equipa do MASCL. Após o envio desse documento, ocorreram duas reuniões via plataforma *online Zoom*. O principal objetivo destes encontros virtuais era recolher os comentários e as contribuições do grupo de intervenientes. De carácter interdisciplinar, este grupo incluía representantes da comunidade educativa famalicense, da área dos equipamentos culturais (RMVNF, Museu Cerâmica Artística da Fundação Castro-Alves, Galeria Municipal Ala da Frente e Associação Cultural Fértil), da área religiosa (Paróquia de Santo Adrião, ao nível da catequese e da equipa museológica) e da área social (Grupo Sénior do Município de Vila Nova de Famalicão e Associação dos Moradores de Lameiras). Em resultado destas duas reuniões conseguiu-se uma troca de impressões que foi extremamente profícua e imprescindível. Ao conjunto das iniciativas que tinha proposto, foi aconselhado o acréscimo de um cronograma, de modo a tornar mais perceptível a regularidade e sequência das atividades propostas. Foi também sugerido o planeamento de estratégias comunicativas e de materiais mediadores associados à exposição, e ainda, a definição de um perfil para os mediadores culturais, cuja ação decorrerá no MASCL.

Posteriormente a estes encontros, foram contactados, de forma individualizada, os intervenientes da área social e educativa. Pretendia-se compreender melhor quais as necessidades e expectativas dos dois principais públicos-alvo do MASCL: o público infantojuvenil e o público sénior. As informações obtidas revelaram-se cruciais para pensar em iniciativas que suscitasse o interesse destes públicos e, em simultâneo, respeitasse as características particulares dos mesmos.

Graças a estes diálogos frutuozos, foi possível planejar um conjunto de exposições temporárias e um programa de atividades que apelam à participação ativa da comunidade no MASCL. Estas iniciativas podem ser divididas em dois grupos. O primeiro, reúne atividades e exposições cuja realização está a cargo da equipa dos serviços educativos do MASCL. Já o segundo grupo, acolhe iniciativas organizadas e concretizadas em colaboração com grupos sociais e artísticos familiares, ou com unidades museológicas pertencentes à RMVNF.

Quanto à proposta de reformulação do espaço expositivo, o objetivo central foi reorganizar a museografia e a exposição patente, de modo a proporcionar uma contextualização mais coerente. Desde logo, foi estudada a possibilidade de expandir o espaço expositivo do Museu, ocupando para essa função outras áreas que, ou se encontravam inativadas, ou não eram devidamente aproveitadas. Assim, às duas áreas expositivas já existentes, adicionaram-se mais três. Esta ampliação e renovação espacial permitiu distribuir os objetos da coleção por outras áreas, cuja natureza promove uma melhor compreensão das funções primárias dos bens e do seu sentido teológico. Por exemplo, enquanto a maior parte das imagens devocionais se manteve na antiga nave e presbitério, sugeriu-se que os paramentos litúrgicos fossem expostos na antiga sacristia, local onde eram originalmente armazenados. Um outro aspeto que também teve de ser repensado foi o dos suportes expositivos. Com a intenção de aproveitar os recursos já existentes no MASCL, propôs-se que algumas das vitrinas fossem substituídas por outros suportes expositivos. Entre eles, destacam-se os altares, por conseguirem evidenciar os significados simbólicos dos objetos expostos. Para que todo o espaço expositivo permitisse uma circulação mais fluída, sugeriu-se a instalação de novos suportes expositivos na parede. Tanto a nova disposição expositiva proposta, como o desenho dos novos suportes expositivos, foram concebidos em colaboração com um dos intervenientes nas reuniões mencionadas, cujo desempenho profissional abrangia as funções artísticas e de curadoria. Importa salientar que, aceitando o conselho formulado pelo grupo de representantes locais, esta reestruturação expositiva foi planeada com a inclusão de um material mediador. Para

a exposição permanente e para cada uma das exposições temporárias propostas, indicou-se um recurso comunicativo que fornecesse um contexto sociocultural e religioso dos objetos expostos, de forma dinâmica e recreativa.

Verifica-se, portanto, que o MASCL passou por duas fases museológicas distintas, as quais são, em si mesmas, ilustrativas dos desenvolvimentos de musealização do património cultural religioso, enunciados no início deste artigo. Enquanto a musealização pela valorização artística e estética dominou de forma bastante flagrante o processo inicial de musealização da antiga capela e seus objetos religiosos, a via da musealização pela inclusão da vertente simbólica e devocional orientou o planeamento da proposta de renovação museológica. Por assumirem posturas e metodologias diferentes, estas duas fases de musealização do MASCL produzirão leituras e interpretações distintas acerca dos bens eclesiásticos expostos. A musealização ocorrida na década de 1990 orientava os visitantes a encararem o espaço, os equipamentos litúrgicos e os objetos expostos de forma isolada e como obras de arte sacra. Por sua vez, a renovação museográfica proposta durante o projeto de mestrado procura enfatizar a interligação entre aqueles três elementos, providenciando uma representação mais coerente e mais contextualizada de diversas dimensões dos bens eclesiásticos. Ao contrário da primeira fase de musealização do MASCL, a proposta museológica foi planeada em colaboração com os grupos comunitários de Vila Nova de Famalicão, pois, de outra forma, não faria sentido. Com as contribuições do projeto final, o MASCL pode aproximar-se das realidades e necessidades da comunidade local.

### **Considerações finais**

O percurso de musealização do património cultural religioso já é longo, mas ainda não deve ser dado por terminado. Desde o século XVIII até aos tempos atuais, desenvolveram-se duas vias de musealização dos bens religiosos imóveis e móveis.

Silva, I. (2021). Em torno da musealização do património cultural religioso. In P. M. Homem, B. Andrez, G. Soares, & L. Amaral (Eds.), *Ensaio e Práticas em Museologia* (Vol. 10, pp. 19-36). Porto: FLUP/DCTP/MMUS. <https://doi.org/10.21747/978-989-9082-06-9/102021a2>

Oriundas de contextos socioculturais distintos, estas tendências de musealização desencadearam critérios expositivos e práticas museológicas que, pela sua divergência, produzem resultados opostos. Por um lado, a valorização das componentes estético-formais, que dominou desde o período iluminista e até finais do século XX, levou à conceção do objeto de arte sacra e, sequencialmente, do museu de arte sacra. Dentro deste espaço museológico, as peças litúrgicas e devocionais perdem a sua carga espiritual e são admiradas somente pelas características intrínsecas da suas matérias-primas e das suas técnicas artísticas. Por outro lado, decorrente dos ideais da Nova Museologia, surge a valorização destes objetos pela consideração da sua vertente simbólica, ritual e devocional. Através dela, os espaços e objetos eclesiásticos são celebrados pelas suas funções originais e seu sentido espiritual e teológico. Ao contrário da anterior, esta tendência de musealização, pela abordagem alargada de temáticas que proporciona, promove a inclusão das comunidades circundantes, crente e não-crente, no museu e a sua participação ativa.

Esta dupla via de musealização do património religioso está muito presente no percurso do MASCL. Aquando da sua criação, houve a intenção de que este novo espaço museológico impulsionasse o estudo dos objetos e da antiga Capela da Nossa Senhora da Lapa. Por essa razão, estes bens eclesiásticos foram musealizados pela via de valorização da sua vertente artística e material. Já em 2020, no âmbito de um projeto renovador, procurou-se desenvolver uma proposta que valorizasse todas as dimensões do edifício, dos equipamentos litúrgicos e dos objetos e que, simultaneamente, incentivasse a comunidade a participar nas atividades do MASCL. Com o apoio da RMVNF e da equipa museológica do MASCL conseguiu-se, ainda que indiretamente, auscultar alguns grupos comunitários famalicenses e recolher as suas perspetivas e conselhos. Sem esta colaboração, o projeto final não teria conseguido responder às necessidades e expectativas da comunidade de Vila Nova de Famalicão.

## Agradecimentos

A autora gostaria de expressar os seus mais sinceros agradecimentos à Professora Doutora Alice Duarte, pela sua paciência e maestria na orientação, a toda equipa da RMVNF e à Paróquia de Santo Adrião, pelo apoio prestado, e, por fim, ao grupo de representantes locais de Vila Nova de Famalicão, pela sua colaboração.

## Referências

- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão (2012a). *Protocolo para a Gestão Partilhada do Museu de Arte Sacra (Capela da Lapa) de Vila Nova de Famalicão*. Câmara Municipal. V. N. Famalicão.
- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão (2012b). *Declaração de Princípios*. Câmara Municipal. V. N. Famalicão.
- Capurro, R. (2018). Reinterpreting a sacred place. When a church becomes a museum from an ecclesiastical point of view. In F. Mairesse (Ed.), *Museology and the Sacred. Materials for a Discussion* (pp. 49-53). Paris: ICOFOM. Disponível em: [http://icofom.mini.icom.museum/wp-content/uploads/sites/18/2018/12/Icofom\\_mono\\_Sacred\\_version\\_numero2.pdf](http://icofom.mini.icom.museum/wp-content/uploads/sites/18/2018/12/Icofom_mono_Sacred_version_numero2.pdf)
- Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja [CPBCI] (2001). *A Função Pastoral dos Museus Eclesiásticos*. Disponível em: [https://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_commissions/pcchc/document\\_s/rc\\_com\\_pcchc\\_20010815\\_funzione-musei\\_po.html](https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_commissions/pcchc/document_s/rc_com_pcchc_20010815_funzione-musei_po.html)
- Costa, A. M. R. P. d. (2011). *Museologia da Arte Sacra em Portugal (1820-2010). Espaços, Momentos, Museografia*. Tese de Doutoramento. Coimbra: Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://eg.uc.pt/handle/10316/18833>

Silva, I. (2021). Em torno da musealização do património cultural religioso. In P. M. Homem, B. Andrez, G. Soares, & L. Amaral (Eds.), *Ensaio e Práticas em Museologia* (Vol. 10, pp. 19-36). Porto: FLUP/DCTP/MMUS. <https://doi.org/10.21747/978-989-9082-06-9/102021a2>

- Roque, M. I. (2011). A exposição do sagrado no museu. *Comunicação e Cultura: Sagrado e Modernidade*, (11), 129-146. Disponível em: <http://comunicacaoecultura.com.pt/wp-content/uploads/08.-Maria-Isabel-Roque.pdf>
- Roque, M. I. (2015). Musealizar o sagrado. *Invenire: Revista de Bens Culturais da Igreja*, (10), 54-56. Disponível em: <http://www.revistainvenire.pt/revista/10#invenire/11>
- Silva, I. (2020). *Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa: Proposta Museológica Participativa*. Relatório de Projeto de Mestrado em Museologia. Porto: FLUP. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/130672>
- Vieira, A. M. (2009). História da Capela da Lapa e o museu. *Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão*, 5(III), 49-58.